

# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA SAFIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

São José da Safira, 10 de julho de 2020.

Ofício nº 045/2020 Gabinete do Prefeito Assunto – Solicitação

Senhor Presidente,

Em atenciosa visita, atendendo ao art. 65 da Lei de Responsabilidade Fiscal, encaminho o Decreto Municipal nº 014/2020 de 10 de julho de 2020, com a seguinte: "Dispõe sobre Declaração de Calamidade Pública no Município de São José da Safira, em decorrência dos impactos na saúde pública, sócios-econômicos e financeiros provocados pela pandemia da COVID-19 e dá outros providências".

Ante ao exposto, solicito a V. Exa. a inclusão no Projeto de Resolução que reconhece Decreto Calamidade Pública do Município de São José da Safira.

Confiado na atenção de V. Exa., desde já apresento nossas considerações de estima e apreço.

Atenciosamente,

Antônio Lacerda Filho
Prefeito

Exmo. Sr.

Presidente **Agostinho Patrus Filho Assembleia Legislativa de Minas Gerais**Capital / MG.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA SAFIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

### **DECRETO N° 014/2020 DE 10 DE JULHO DE 2020**

Dispõe sobre DECLARAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA no Município de São José da Safira, em decorrência dos impactos na saúde pública, socioeconômicos e financeiros provocados pela pandemia da COVID-19 e dá outras providências.

O Prefeito de São José da Safira, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que trata das excepcionalidades nos casos de calamidade pública;

**CONSIDERANDO** a existência de pandemia da doença denominada de COVID-19, provocada pelo novo coronavírus e reconhecida em atos oficiais expedidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS), pelo Ministério da Saúde e pelo Estado de Minas Gerais;

**CONSIDERANDO** a Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

**CONSIDERANDO** o Decreto Estadual nº 113, de 12 de março de 2020, que declara situação de emergência em saúde pública no Estado em razão de surto da COVID-19;

**CONSIDERANDO** o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, do Congresso Nacional, que reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República;

**CONSIDERANDO** o Decreto Estadual nº 47.891, de 20 de março de 2020, que reconhece o estado de calamidade pública decorrente da pandemia causada pelo agente coronavírus (COVID-19), e a Resolução nº 5.529, de 25 de março de 2020, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, que igualmente reconhecesse esse estado de calamidade até 31 de dezembro de 2020;

**CONSIDERANDO** que, em decorrência das ações emergenciais necessárias ao enfrentamento da pandemia da COVID-19, as finanças públicas e as metas fiscais estabelecidas para o exercício de 2020 restarão gravemente comprometidas no Município, situação que ainda mais se agravará em virtude da queda acentuada da



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA SAFIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

arrecadação tributária municipal própria, decorrente da grande retração da atividade econômica local, comprometendo as metas de arrecadação de tributos;

**CONSIDERANDO** o aumento excessivo de pessoas contaminas pelo coronavirus em 40 dias, passando de 50 pessoas infectadas, quando não havia nenhuma na data de 1º de junho do corrente ano;

**CONSIDERANDO** que, diante da gravidade da situação requer do gestor público a tomada de providências urgentes e eficazes, a fim de debelar a situação calamitosa e preservar a vida das pessoas que estejam expostas ao contágio ou contaminadas,

#### **DECRETA**:

- **Art. 1º -** Fica declarado estado de calamidade pública, para todos os fins de direito, no Município de São José da Safira, em razão dos impactos na saúde pública, socioeconômicos e financeiros decorrentes da pandemia da COVID-19, com efeitos até 31 de dezembro de 2020.
- **Art. 2º -** O Poder Executivo solicitará, por meio de mensagem a ser enviada à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, reconhecimento, por aquela Casa Legislativa, do estado de calamidade pública, nos termos do art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.
  - Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
  - Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

São José da Safira, 10 de julho de 2020.

Antônio Lacerda Filho Prefeito Municipal